

Andréa Vulcanis

ANDRÉA VULCANIS

INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO AMBIENTAL
E O DEVER DE INDENIZAR ATRIBUÍDO AO ESTADO

INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO
AMBIENTAL E O DEVER DE
INDENIZAR ATRIBUÍDO AO ESTADO

1ª edição

261 páginas

ISBN 978-85-7700-132-3

FORMATO: 14,5 x 2,5 cm

<http://www.editoraforum.com.br/loja>

O livro de autoria de Andréa Vulcanis, *Instrumentos de Promoção Ambiental e o dever de indenizar atribuído ao Estado*, é resultante do trabalho cotidiano da autora, fruto das preocupações vivenciadas no contencioso ambiental, em virtude das cada vez mais presentes lides travadas no judiciário brasileiro, tratando de questões indenizatórias em face do Estado, decorrente da aplicação de instrumentos que visam garantir a proteção e a qualidade do meio ambiente, tema que suscita muita divergência. A obra aborda de forma clara e objetiva, e com grande profundidade, o dever de indenizar atribuído ao Estado quando este, ao realizar a gestão do território, com vistas à proteção do meio ambiente, institui diversos instrumentos, tais como as unidades de conservação, áreas de preservação permanente, reserva legal, tombamento, dentre outros, que, ao incidir sobre a terra e os recursos naturais, incidem necessariamente sobre a propriedade privada, impondo a esta restrições de uso. Com a intenção de apresentar respostas jurídicas concretas ao problema, o trabalho discorre sobre o direito de propriedade e as diversas categorias de instrumentos ambientais que afetam a propriedade, fazendo uma incursão histórica e jurídica sobre os institutos para, ao final, concluir sobre quando nasce a obrigação indenizatória do Estado em face de direitos de propriedade eventualmente atingidos pela instituição desses instrumentos.

Andréa Vulcanis Gradou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba em 1994. Cursou Especialização em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina em 2002. Mestre em Direito Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Procuradora Federal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) desde 1996. Foi Chefe da Procuradoria Federal do IBAMA no Estado do Paraná entre 1999-2002 e entre 2003-2006. Ocupou o cargo de Superintendente do IBAMA no Estado do Paraná entre 2002-2003 e 2006-2007. Professora de Direito Ambiental. Autora de diversos artigos publicados. Presidente da Câmara de Assuntos Jurídicos do CONAMA desde 2007. Atualmente exerce o cargo de Procuradora Geral do IBAMA e do Instituto Chico Mendes.

Sumário

Introdução

Capítulo 1

O meio ambiente como objeto de proteção jurídica

- 1.1 O objeto da tutela ambiental e o papel do Direito
- 1.2 O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum do povo

Capítulo 2

Direito de propriedade e meio ambiente

- 2.1 A evolução histórica do instituto da propriedade
 - 2.1.1 A propriedade: dos antigos até a Idade Média
 - 2.1.2 A propriedade no período de transição entre o Renascimento e o Estado Liberal
 - 2.1.3 A propriedade reinventada pelo Liberalismo
 - 2.1.4 O processo de transformação da propriedade liberal
- 2.2 A propriedade no sistema jurídico contemporâneo
 - 2.2.1 A propriedade e sua função social
 - 2.2.1.1 O problema da indeterminação do conceito de função social da propriedade
 - 2.2.1.2 Conteúdo e sentido de função social da propriedade
 - 2.2.2 Direito subjetivo e propriedade
 - 2.2.3 Direito subjetivo de propriedade x função social
 - 2.2.4 Conteúdo econômico do direito de propriedade
 - 2.2.5 Abuso do direito de propriedade
 - 2.2.6 Direito de propriedade e meio ambiente

Capítulo 3

Instrumentos de promoção ambiental e sua caracterização perante o direito de propriedade

- 3.1 Instrumentos de promoção ambiental incidentes sobre a propriedade: contextualização
- 3.2 Significado da expressão Instrumentos de Promoção Ambiental
- 3.3 Modalidades de espaços territoriais especialmente protegidos
 - 3.3.1 Áreas de preservação permanente
 - 3.3.2 Reserva Legal
 - 3.3.3 Impedimento de utilização ou exploração de espécies da flora e fauna
 - 3.3.4 Unidades de Conservação, Zonas de Amortecimento e Corredores Ecológicos
- 3.4 Outros instrumentos de promoção ambiental incidentes sobre a propriedade
 - 3.4.1 Jardins Botânicos
 - 3.4.2 Zoneamento ambiental
 - 3.4.3 Tombamento ambiental

Capítulo 4

O dever de indenizar do Estado e os Instrumentos de Promoção Ambiental

- 4.1 Elementos constitutivos da Responsabilidade Civil do Estado
 - 4.1.1 Pressupostos da Responsabilidade Civil do Estado
 - 4.1.2 A norma que prevê o direito e, conseqüentemente, a sua não-violação
 - 4.1.3 O ato violador do direito subjetivo do proprietário
 - 4.1.4 A caracterização do dano provocado pela ação estatal
- 4.2 Os instrumentos de promoção ambiental incidentes sobre a propriedade e a Responsabilidade do Estado
 - 4.2.1 Áreas de preservação permanente
 - 4.2.2 Reserva legal e impedimento de utilização ou exploração de espécies da flora e fauna
 - 4.2.3 Unidades de Conservação que admitem a propriedade privada, Zonas de Amortecimento, Corredores Ecológicos, Tombamento e Zoneamento

Conclusão

Referências

